

# Sobre as propriedades das categorias funcionais nas construções de Reestruturação do Português Europeu

ANABELA GONÇALVES  
(Departamento de Linguística Geral e Românica (FLUL))

## 1. Introdução

As categorias funcionais associadas à frase (como T e AgrS) assumiram um papel crucial desde Pollock (1989) e Chomsky (1989), nomeadamente no que diz respeito às relações de concordância e de Caso.

Em Chomsky (1992; 1995a; 1995b), trabalhos que estabelecem o quadro teórico conhecido por Programa Minimalista, a importância de tais categorias é levada ao extremo, já que o sucesso de uma derivação depende da verificação dos traços das categorias lexicais contra os traços das categorias funcionais. Neste modelo teórico, assume-se que os itens lexicais são seleccionados do léxico e inseridos nas derivações com determinados traços associados (*e. g.*, Caso, concordância e outros), que, tendo em vista o Princípio de Interpretação Plena (“Full Interpretation”), devem ser verificados contra os traços das categorias funcionais, através de relações de concordância Especificador-núcleo ou núcleo-núcleo. Esta abordagem lexicalista forte da morfologia flexional tem subjacente a ideia de que o movimento de constituintes só é possível - logo, obrigatório - se tiver como resultado a verificação de traços.

O momento da derivação em que tem lugar a operação de verificação varia de acordo com a natureza dos traços associados às categorias funcionais. Assim, os traços fortes, que são visíveis em Forma Fonética (FF), constituindo, por isso, objectos ilegítimos neste nível de interface, têm de ser verificados e, conseqüentemente, eliminados em Sintaxe explícita, *i. e.*, antes de *Spell-Out*. Pelo contrário, os traços fracos são invisíveis em FF, não tendo de (e, por isso, não podendo) ser verificados senão após *Spell-Out*, ou seja em Forma Lógica (FL). Esta diferença quanto ao momento em que a verificação de traços

opera constitui, numa abordagem minimalista, a única fonte de variação paramétrica, explicando contrastes como os que se apresentam em (1) e (2):

- (1) a. Jean embrasse souvent Marie.  
b. \*John kisses often Mary.
- (2) a. \*Jean souvent embrasse Marie.  
b. John often kisses Mary.

O contraste entre (1) e (2) reside na posição relativa do verbo principal temporalizado e do advérbio. A explicação em termos minimalistas tem a ver com a natureza dos traços das categorias T e Agr nas línguas envolvidas: assim, em Francês, os traços-V de T e Agr, sendo fortes, têm de ser verificados antes de *Spell-Out*, pelo que o verbo sobe em Sintaxe explícita, ocupando a posição à esquerda do advérbio (*cf.* (1a)); pelo contrário, em Inglês, as categorias mencionadas caracterizam-se por ter traços-V fracos, pelo que o movimento explícito do verbo é impossível, obtendo-se, assim, a ordem Adv-V (*cf.* (2b)).

Nesta comunicação, é meu objectivo mostrar que a oposição entre traços fortes e traços fracos não é suficiente numa abordagem em que o movimento de constituintes é motivado pela necessidade de verificação de traços. A minha argumentação será construída a partir da análise das construções que Rizzi (1982) estuda e que classifica como “construções de Reestruturação”, exemplificadas em (3) (Rizzi 1982: 4; (11)):

- (3) Mario lo vuole risolvere da solo.

Ainda que Rizzi considere casos em que o verbo da oração matriz selecciona complementos infinitivos preposicionados e não preposicionados, nesta comunicação restringir-me-ei ao estudo das construções em que o complemento não é preposicionado.

Na secção 2, apresento de forma sintética a regra de Reestruturação de Rizzi (1982) tal como foi formulada para o Italiano e alguns dos problemas que ela acarreta para uma abordagem minimalista. Na secção 3, apresento alguns dados do Português Europeu (PE), que mostram que também nesta língua existem predicados complexos do tipo dos que Rizzi (1982) apresenta para o Italiano. São estes dados que me permitem fazer uma abordagem das propriedades das categorias funcionais na secção 4: começo por mostrar por que razão a oposição entre traços fortes e traços fracos não é suficiente (ver 4.1), para propor, na secção 4.2, uma hipótese alternativa, que não radica na força dos traços, mas no facto de eles poderem estar activos ou inertes dentro de uma mesma língua. As conclusões são apresentadas na secção 5.

## 2. A regra de Reestruturação de Rizzi (1982)

Rizzi (1982) mostra que, em Italiano, os membros da classe de verbos que seleccionam um complemento oracional infinitivo não exibem um comportamento homogéneo face a determinados processos sintácticos, como os que a seguir se apresentam:

### (i) subida de clítico:

- (4) a. Piero verrà a parlarti di parapsicologia.  
b. Piero ti verrà a parlare di parapsicologia.

(Rizzi 1982: 1; (1))

- (5) a. Piero deciderà di parlarti di parapsicologia.  
b. \*Piero ti deciderà di parlare di parapsicologia.

(*id.*)

### (ii) movimento de Objecto:

- (6) a. Finalmente si comincerà a costruire le nuove case popolari.  
b. Finalmente le nuove case popolari si cominceranno a costruire.

(*id.*; (2))

- (7) a. Finalmente si otterrà di costruire le nuove case popolari.  
b. \*Finalmente le nuove case popolari si otterranno di costruire.

(*id.*)

### (iii) mudança de auxiliar:

- (8) a. Mario ha voluto tornare a casa.  
b. Mario è voluto tornare a casa.

(*id.*; 2; (4))

- (9) a. Mario ha promesso di tornare a casa.  
b. \*Mario è promesso di tornare a casa.

(*id.*)

Para dar conta desta heterogeneidade de comportamentos na classe de verbos que seleccionam complementos oracionais infinitivos, Rizzi (1982: 2) propõe uma regra de Reestruturação que altera a estrutura do indicador sintagmático, sem afectar a sequência dos nós terminais. Esta regra, que se aplica opcionalmente, transforma a estrutura bi-oracional inicial numa estrutura mono-oracional, já que um dos efeitos da sua actuação é o apagamento do nó S encaixado. É isto que acontece em (4b), (6b) e (8b), mas não em (5), (7) e (9).

Esta análise coloca alguns problemas teóricos, nomeadamente se avaliada no quadro minimalista. Em primeiro lugar, o facto de a regra de Reestruturação de Rizzi (1982) apagar o constituinte oracional encaixado constitui um problema para uma abordagem no âmbito do Programa Minimalista, já que neste quadro teórico podem ser apagados traços das categorias funcionais (cf. Chomsky 1995b), mas não constituintes (ou termos).

Note-se que, mesmo no quadro generativista anterior - a Teoria da Regência e da Ligação ("Government and Binding Theory") - o apagamento do nó S era também problemático, já que violava o Princípio de Projecção.

A opcionalidade da regra de Reestruturação constitui o segundo problema da análise de Rizzi (1982) quando repensada à luz do Programa Minimalista. Veja-se que, dado que o apagamento do complemento oracional infinitivo é uma estratégia ilegítima neste quadro teórico, a alternativa seria (na linha de Baker 1988, entre outros) o movimento do verbo encaixado para uma posição de adjunção ao verbo superior. O complexo verbal seria assim construído sem que se apagasse um constituinte subcategorizado, mas subsistiria o problema da opcionalidade. De facto, sendo o movimento de um constituinte uma forma de verificação de traços, esse movimento só é possível se for obrigatório para a convergência da derivação. Ora, como o próprio Rizzi (1982) nota, as sequências em que a regra de Reestruturação não opera são também gramaticais, pelo que o movimento do verbo encaixado, à partida, não parece ser motivado e, por isso, deveria ser proibido. É, ainda, de salientar que o facto de uma análise deste tipo implicar passos supérfluos na derivação das sequências em que se formaria o complexo verbal constitui um dos grandes problemas para uma abordagem minimalista: já que as derivações mais económicas (*i. e.*, aquelas que envolvem um menor número de passos - "Fewest Steps") são preferidas, não deveriam ser permitidas as construções em que se forma um complexo verbal por movimento do verbo do domínio oracional encaixado para o domínio mais alto.

Do ponto de vista empírico, a análise de Rizzi (1982), que postula a unidade sintáctica do complexo verbal resultante do processo de Reestruturação, pode também colocar alguns problemas, como mostrarei na secção seguinte.

### 3. Os dados do Português Europeu

Em PE, também existem diferenças na classe de verbos que seleccionam complementos oracionais infinitivos. Tomando como representativos da classe os verbos *querer*, *poder*, *decidir* e *prometer*, e aplicando os testes clássicos de Rizzi (1982) - à excepção do teste da mudança de auxiliar, que, como é sabido, não é pertinente em PE -, é possível chegar ao mesmo contraste que se verifica em Italiano.

Começemos pelo teste de subida de clítico. Sendo a colocação dos clíticos um fenómeno tipicamente local, é de esperar que tais elementos ocorram adjacentes ao verbo de que são complemento. É isto que acontece, por exemplo, em frases finitas, como se verifica pelo contraste apresentado em (10):

- (10) a. O João não quis que o Zé a visse.  
b. \*O João não a quis que o Zé visse.

No entanto, em frases em que ocorre um complemento oracional infinitivo, pode-se encontrar o mesmo tipo de contraste que existe em Italiano. Assim, em frases com o verbo

*querer*, existe uma dupla possibilidade de colocação do clítico originado no domínio encaixado, que ou se mantém no domínio encaixado, adjacente ao verbo que aí ocorre (ver (11a)), ou sobe para a oração matriz, ocupando uma posição de adjacência ao verbo superior (ver (11b)):

- (11) a. O João não quis lê-lo.  
b. O João não o quis ler.

Pelo contrário, em construções em que o complemento oracional infinitivo é seleccionado pelo verbo *decidir*, a subida de clítico resulta numa sequência agramatical:

- (12) a. O João não decidiu lê-lo.  
b. \*O João não o decidiu ler.

Relativamente às construções com “se” impessoal, é também possível encontrar diferenças de comportamento. De facto, enquanto um verbo como *poder* admite uma construção do tipo de (6), um verbo como *prometer* não a permite, tal como acontece em (7). O contraste relevante é apresentado em (13) e (14):

- (13) a. Não se pode construir as casas novas por falta de verbas.  
b. As casas novas não se podem construir por falta de verbas.
- (14) a. Não se prometeu construir as casas novas por falta de verbas.  
b. \*As casas novas não se prometeram construir por falta de verbas.

Tendo em conta estes dados, somos levados a concluir que a classe de verbos que seleccionam complementos oracionais infinitivos em PE não é homogénea, como acontece também em Italiano.

A grande questão que a análise de Rizzi (1982) pode colocar é a de saber o que se entende por “forte grau de coesão” que se verifica entre os elementos do complexo verbal formado. Como se sabe, na literatura sobre predicados complexos, esta é a propriedade que mais frequentemente é enunciada.

Se atentarmos nos dados apresentados em (15) e (16), podemos, à partida, dizer que coesão interna não pode ser entendida como impossibilidade de interrupção do complexo:

- (15) a. Não lhe pudesse ele falar e logo te dizia.  
b. Quando lhe quererá o Miguel falar?  
c. Nunca a querem só ver (querem-lhe também falar).  
d. Quando o A. Senna ganhava todos lhe queriam sempre pedir autógrafos.

- (16) a. Lo verrò subito a scrivere.  
 b. Gli stessi errori si continuano stupidamente a commettere.  
 c. Maria è dovuta immediatamente tornare a casa.

(Rizzi 1982: 38; (144))

Os dados apresentados em (15) mostram que, em PE, a sequência V-V pode ser interrompida ou por constituintes com a relação gramatical de Sujeito (pronominais ou expressões referenciais, como em (15a) e (15b), respectivamente), advérbios focalizadores (como em (15c)) ou outros elementos adverbiais (como em (15d)).

Os exemplos de (16) mostram que, em Italiano, existem também diferentes tipos de advérbios que podem quebrar a unidade que aparentemente caracteriza as chamadas construções de Reestruturação.

No entanto, nem sempre a inserção de material lexical entre os dois elementos verbais resulta em sequências gramaticais. Veja-se, a título de exemplo, (17), em que a ocorrência do marcador de negação *não* no domínio infinitivo torna ilegítima a subida do clítico:

- (17) \*Os miúdos não o podiam não ver.

Numa primeira análise, a agramaticalidade de (17) constitui um bom argumento em favor da mono-oracionalidade das estruturas em que se forma um predicado complexo: existindo apenas um domínio oracional, só pode existir um marcador de negação frásica, que precede o verbo mais alto.

Por último, em favor da mono-oracionalidade das construções em que há Reestruturação é ainda a agramaticalidade/marginalidade das sequências em que há subida de clítico - um dos testes mais fiáveis para diagnosticar as construções em análise - e em que ocorrem modificadores temporais com valores distintos, como em (18):

- (18) \*???Ontem o Pedro não o quis ver amanhã.

Se considerarmos que modificadores temporais do tipo dos que ocorrem em (18) estão de alguma forma associados a T/TP, e se assumirmos uma estrutura mono-oracional (*i.e.*, um único T) para as construções em que há Reestruturação, a agramaticalidade/marginalidade de (18) é esperada: como há apenas um nó T, modificadores com valores temporais em conflito não são permitidos.

#### 4. As construções de Reestruturação e as propriedades das categorias funcionais

Como vimos na secção anterior, os dados relativos às chamadas construções de Reestruturação são desconcertantes. Por um lado, encontram-se fortes argumentos empíricos em favor da ideia de que, nestas construções, existe apenas um predicado verbal, complexo, no sentido em que é constituído por mais do que uma forma verbal - o

verbo principal e o verbo que ocorre no complemento oracional infinitivo. De entre esses argumentos, destacam-se a possibilidade de subida de clítico, a impossibilidade de ocorrência do marcador de negação frásica no domínio encaixado e a impossibilidade de ocorrência de modificadores adverbiais com valores temporais distintos.

Por outro lado, a possibilidade de interrupção da sequência verbal por material lexical diverso - como constituintes com a relação gramatical de Sujeito, operadores de foco ou expressões adverbiais - parece mostrar que essa sequência não é totalmente coesa, no sentido em que não forma uma única unidade morfo-sintáctica ao contrário do que acontece nalgumas das línguas polissintéticas de Baker (1988).

Nesta secção, argumentarei em favor de uma análise que postula que a estrutura das frases em que se verifica o chamado processo de Reestruturação é distinta daquelas em que tal processo não opera. Defenderei que as estruturas de Reestruturação não derivam de estruturas idênticas àquelas em que não há Reestruturação, por movimento de constituintes, afastando-me, assim, de algumas análises anteriores (*e. g.*, Rizzi 1982; Burzio 1986; Baker 1988). A ideia central é a de que nas construções em que há Reestruturação - mantenho o termo clássico por comodidade de descrição - as categorias funcionais do domínio infinitivo têm propriedades específicas que as distinguem daquelas que ocorrem em construções em que não há formação do predicado complexo. Assumirei, como tem sido tradição, que a estrutura da frase é como em (19):

(19) [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> C' [<sub>AgrSP</sub> [<sub>AgrS'</sub> AgrS [<sub>TP</sub> [<sub>T'</sub> T [<sub>AgrOP</sub> [<sub>AgrO'</sub> AgrO [<sub>VP</sub> [<sub>V'</sub> V XP]]]]]]]]]]]]]]

#### 4.1. A insuficiência da oposição entre traços fortes e traços fracos

Como tem sido demonstrado em vários trabalhos sobre o PE, AgrS e T têm, nesta língua traços-V fortes, que determinam movimento de V generalizado, antes de *Spell-Out*. Esta posição é adequada para a análise das construções em que não opera a Reestruturação. Consideremos, a título de exemplo, uma frase como (11a) (= (20)), que a inexistência de subida de clítico caracteriza como uma construção em que não há Reestruturação:

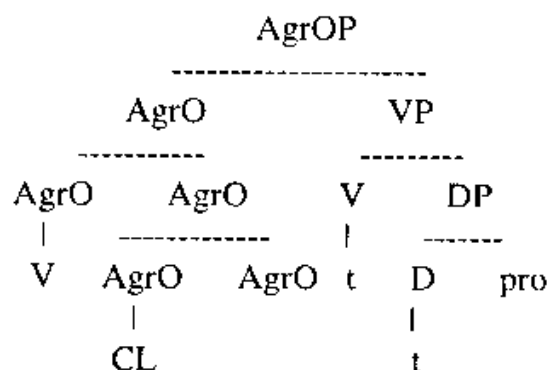
(20) O João não queria lê-lo.

No que diz respeito ao padrão de colocação dos clíticos, assumo, como em Kayne (1994), que estes elementos se adjungem a projecções funcionais e, como em Duarte & Matos (1996), que os clíticos das línguas românicas têm um traço formal forte - hospedeiro-de-V -, que deve ser verificado contra um núcleo verbal em Sintaxe explícita, pelo que quer a próclise quer a ênclise resultam de cliticização sintáctica, ou seja, em *Spell-Out*, o clítico e o seu hospedeiro verbal ocupam o mesmo núcleo funcional.

Na análise de Duarte & Matos (1996), que assumem a hipótese-DP (*cf.* Corver & Delfitto 1993), a ênclise obtém-se por movimento do núcleo do DP seleccionado pelo V

- o clítico - para AgrO, para verificar os seus traços. Uma vez que o verbo se move para verificar os traços-V fortes de AgrO, obtém-se a derivação apresentada em (21):

(21)



(Duarte & Matos 1996: 17; (42))

Uma vez obtido o complexo V-CL, é todo este complexo que sobe para as restantes categorias funcionais encaixadas, o que permite derivar uma frase como (20).

Assumir que, nas construções em que há Reestruturação, as categorias funcionais encaixadas têm as mesmas propriedades é uma hipótese que não tem fundamento, já que a ser assim, a própria ideia de Reestruturação não teria sentido. Efectivamente, se dissermos que, em todas as construções, as categorias funcionais relevantes têm traços-V fortes, a derivação apresentada em (21) tem de ser forçosamente obtida. Nesta configuração, como vimos, o clítico verifica, em *Spell-Out*, todos os seus traços (traços-N e traço hospedeiro-de-V), pelo que, dada a condição que determina "Movimento em Proveito Próprio" (Greed; Chomsky 1992), a subida deste elemento para o domínio mais alto não seria legítima. Assim, (22) deveria ser uma sequência agramatical, o que não acontece:

(22) O João não o queria ler.

Uma solução possível poderia passar por repensar o estatuto dos chamados verbos de Reestruturação, como *querer*. Poder-se-ia, por exemplo, dizer que estes verbos têm um traço do tipo "afixo-de-V" (como acontece nas línguas polissintéticas de Baker 1988), que seria verificado quando o V encaixado se incorporasse no verbo superior, formando um único complexo verbal. O clítico adjungir-se-ia obrigatoriamente a todo o complexo, neste caso em posição proclítica dada a presença do operador de negação. No entanto, esta hipótese colocaria alguns problemas, a saber:

(i) o próprio traço "afixo-de-V" tem pouco fundamento em PE. Contrariamente ao que acontece com os predicados complexos das línguas polissintéticas de Baker (1988), a sequência V-V não apresenta propriedades de palavra em PE, nomeadamente pode ser interrompida por outros constituintes, como vimos na secção anterior, e as marcas flexionais estão associadas apenas ao verbo superior.



(ii) A subida de clítico continuaria a não ser motivada, já que, antes de *Spell-Out*, o clítico poderia verificar os seus traços no domínio encaixado, como vimos anteriormente.

Posta de lado a hipótese de uniformizar as propriedades das categorias funcionais - nomeadamente no que diz respeito aos seus traços-V - nos contextos em que se verifica a Reestruturação e naqueles em que tal processo não existe, fica claro que a alternativa é assumir que se trata de duas construções distintas onde ocorrem categorias funcionais com propriedades distintas. Enveredar por uma hipótese que se baseasse na oposição entre traços fortes e traços fracos seria o caminho mais tentador, uma vez que a diferença entre (11a) e (11b) - repetidas em (23a) e (23b), respectivamente - faria apelo apenas à força dos traços, sem que se introduzissem mecanismos ou categorias funcionais adicionais.

- (23) a. O João não quis lê-lo.  
 b. O João não o quis ler.

Suponhamos que em construções em que não há Reestruturação, como em (23a), os traços-V das categorias funcionais encaixadas são fortes, ao passo que nas construções em que há Reestruturação, como em (23b), os mesmos traços são fracos.

Continuando a assumir que os clíticos se adjungem a categorias funcionais e que possuem o traço hospedeiro-de-V, a diferença entre (23a) e (23b) seria explicada da seguinte forma: nos contextos em que não há Reestruturação, como em (23a), porque os traços-V das categorias funcionais encaixadas são fortes, o verbo e o clítico são atraídos em Sintaxe explícita, podendo este último verificar com sucesso o seu traço hospedeiro-de-V; nos contextos de não Reestruturação, como (23b), as categorias funcionais encaixadas não atrairiam explicitamente o verbo encaixado, por terem traços-V fracos, pelo que o clítico não poderia, também ele, ser atraído. A única alternativa seria a subida do clítico para o domínio oracional mais alto.

Contudo, esta hipótese, tal como a anteriormente discutida, não é adequada nem do ponto de vista teórico nem do ponto de vista empírico. Em primeiro lugar, a subida directa do clítico para o domínio mais alto em (23a) constituiria um problema para a Condição do Elo mais Curto ("Minimal Link Condition"). Assumamos que a estrutura de uma frase em que ocorre um verbo como *querer* é, omitidos os pormenores irrelevantes, a que se apresenta em (24) (não discuto aqui a relevância da presença de CP):

- (24) ... V [<sub>CP</sub>] [ (C) [<sub>AgrSP</sub> [<sub>AgrS'</sub> AgrS [<sub>TP</sub> [T' T [<sub>AgrOP</sub> [<sub>AgrO'</sub> AgrO [<sub>VP</sub> [V' V [<sub>DP</sub> [D CL] *pro*]]]]]]]]]]]]]]]]]]

No caso de estarmos perante uma estrutura de Reestruturação, e dada a hipótese cuja pertinência estou a discutir, AgrS, T e AgrO encaixados teriam traços-V fracos, o que seria determinado pelo facto de o verbo *querer* ser marcado no léxico como um verbo de Reestruturação. O verbo do domínio oracional encaixado não seria por isso atraído explicitamente pelas categorias funcionais encaixadas, razão pela qual em *Spell-Out* os

dois verbos ocupariam posições distintas. Isto explicaria por que motivo pode ocorrer material lexical entre os dois verbos, como em (25):

- (25) O Zé é tão bom orador que *todos o querem sempre convidar* para proferir conferências.

No entanto, em *Spell-Out* o clítico tem como hospedeiro o verbo mais alto, como se vê em (22b) e (23b). Para evitar a violação da condição do Élo mais Curto, teríamos de dizer que o clítico passa pelas categorias funcionais encaixadas, até aterrar nas categorias funcionais relevantes do domínio superior. Neste caso, teríamos de explicar por que razão o clítico é atraído por essas categorias mas não aterra nelas.

Para além deste problema de natureza teórica, uma hipótese que explicasse a diferença entre as construções de Reestruturação e as construções de não Reestruturação em termos da força dos traços colocaria ainda problemas a nível empírico, nomeadamente no que diz respeito à negação frásica e à modificação adverbial temporal. Assim, como explicar a agramaticalidade de (26)?

- (26) \*O João não o pode não ler.

O facto de a subida de clítico ser bloqueada nos contextos em que ocorre o operador de negação frásica no domínio encaixado mostra que Neg, núcleo de NegP, está activo. Assumindo algumas das análises recentes sobre a negação, Neg só é legítimo na presença de T, independentemente de os traços-V desta categoria serem fracos ou fortes. Se os seus traços-V forem fracos, como se postula na hipótese que tenho estado a analisar, a única consequência é que o verbo não é por ela atraído explicitamente, não havendo qualquer consequência quanto à impossibilidade de negação em (26).

Por outro lado, no que diz respeito à modificação adverbial temporal, a hipótese de traços-V fracos *vs.* traços-V fortes não daria conta da impossibilidade de ocorrência de dois advérbios temporais diferentes em estruturas de Reestruturação:

- (27) \*/??Ontem a Maria não o quis entregar amanhã.

Note-se que (27) contrasta com construções inequivocamente de não Reestruturação, em que são permitidos dois advérbios temporais, afectando cada um deles um domínio frásico distinto, como acontece em (28):

- (28) Ontem o professor decidiu entregá-los amanhã.

Que o verbo *decidir* não permite Reestruturação prova-o a agramaticalidade de (29), em que a subida de clítico é impossível:

- (29) \*O professor não os decidiu entregar amanhã.

Saliento, uma vez mais, que a hipótese de as categorias funcionais terem traços-V fracos tem como consequência fundamental o facto de o verbo não subir em Sintaxe explícita. Cada verbo mantém-se, assim, num domínio oracional independente, pelo que deveria ser possível a ocorrência de dois modificadores adverbiais temporais, estando cada um deles associado a um T/TP. Se a agramaticalidade de (27) estivesse relacionada com a natureza (fraca) dos traços-V de T, então ficaria por explicar por que razão em Inglês, língua em que T é assim caracterizado, existem frases como (30):

(30) Yesterday John said that he could go to the party today.

Uma vez que as diferenças entre construções em que há Reestruturação e construções em que não há Reestruturação não podem resultar da força dos traços das categorias funcionais envolvidas, há que seguir outro caminho, que passo a explorar.

#### 4.2. A hipótese de categorias funcionais inertes

Rigau (1996), ao analisar as propriedades do verbo *caldre* ('ser necessário') em Catalão, apresenta o seguinte contraste entre o Catalão Central e o do Noroeste:

- (31) a. Ens caldrà fer-lo (, aquest viatge). *Catalão Central*  
 nos-DAT será\_necessário fazer-CL (, esta viagem)  
(op. cit.: 21; (41a))
- b. Mos el caldrà fer (, aquest viatge). *Catalão Noroeste*  
 nos-DAT CL será\_necessário fazer (, esta viagem)  
(id.; (42a))

A autora propõe que o contraste entre (31a) e (31b) seja atribuído a diferentes propriedades de selecção do verbo *caldre*, nestas duas variedades do Catalão: em Catalão Central selecciona um complemento oracional completo, enquanto em Catalão do Noroeste, o verbo selecciona um complemento oracional infinitivo defectivo. A defectividade resulta, nesta análise, da existência de categorias funcionais inertes, cuja ocorrência determina a subida de clítico para a oração principal, onde se adjunge a uma categoria funcional activa. Este movimento do clítico é, no entanto, bloqueado em Catalão Central, uma vez que, nesta variedade, existem categorias funcionais no domínio encaixado que, por serem activas, podem (e devem) albergar o clítico.

A análise que proponho para as construções de Reestruturação em PE segue parcialmente Rigau (1996). Com efeito, considero que a oposição pertinente não é apenas entre traços fortes e fracos, mas também entre traços (ou categorias) activos(as) e traços (ou categorias) inertes. Esta hipótese implica, obviamente, que nas construções de Reestruturação o complemento oracional seja defectivo, sendo essa defectividade

manifestada através de categorias funcionais inertes, pelo menos no que diz respeito aos seus traços-V.

No entanto, ao contrário de Rigau (1996), que considera que só estão inertes as categorias funcionais superiores a TP, proponho que não só o próprio T está inerte, pelo menos, relativamente aos seus traços-V, como também o estão as restantes categorias funcionais, nomeadamente AgrO. A minha divergência no que diz respeito às propriedades de T é motivada pelos dados do PE que anteriormente apresentei. Efectivamente, se T encaixado não for defectivo (pelo menos no que diz respeito aos seus traços-V), mantendo a sua capacidade de legitimar os traços temporais do verbo encaixado, temos, mais uma vez, o problema da impossibilidade de ocorrência de dois modificadores adverbiais com valores temporais em conflito (cf. (27)).

Note-se, ainda, que, para explicar a impossibilidade de ocorrência do operador de negação frásica no domínio encaixado (cf. ((26))), é necessário postular que Neg só é legítimo na presença de um T não defectivo.

Por outro lado, a ideia de que não só T mas também outras categorias funcionais abaixo de T têm de ser defectivas resulta da análise que se faz do padrão de colocação dos clíticos em PE. Ao adoptar a análise de Uriagereka (1995), que assume que a categoria funcional que alberga os clíticos das línguas românicas é F, Rigau (1996) tem apenas de postular que é esta a categoria que está inerte em construções como (31b), o que obriga à subida do clítico para a oração matriz a fim de verificar os seus traços. Ao adoptar a análise de Duarte & Matos (1996), que apresentam alguns contra-argumentos à proposta de Uriagereka (1995), assumo que é AgrO a categoria funcional que está inerte para a verificação dos traços do clítico (tendo traços-V inertes, não pode atrair o V, pelo que o clítico não pode verificar o traço hospedeiro-de-V), dependendo o sucesso da derivação da subida desse elemento para a oração principal em Sintaxe explícita.

Quais as consequências que uma hipótese como a que agora coloco tem no que diz respeito à verificação dos traços do V encaixado?

Assumindo que o verbo encaixado exhibe traços semânticos de conteúdo temporal e que esses traços são obrigatoriamente [- Interpretáveis], é obrigatória a subida desse verbo para T, para que a derivação seja convergente. Como T encaixado é defectivo, não tendo, por isso, capacidade para verificar os traços relevantes de V, é o T superior que assume esta função. É a subida do V encaixado para o domínio superior (onde passa por T) que constitui o processo de formação do predicado complexo, a que Rizzi (1982) chama Reestruturação. Considero, ainda, que a formação do predicado complexo tem lugar apenas em FL, ideia que tem a seu favor a existência de frases em que se manifesta a subida de clítico, mesmo que as duas formas verbais não estejam adjacentes. É o que acontece em (14), aqui repetido por comodidade de exposição:

- (32) a. Não lhe pudesse ele falar e logo te dizia.  
 b. Quando lhe quererá o Miguel falar?  
 c. Nunca a querem só ver (querem-lhe também falar).  
 d. Quando o A. Senna ganhava todos lhe queriam sempre pedir autógrafos.

Esta subida do verbo encaixado para o verbo superior por razões que se prendem com a verificação dos seus traços semânticos temporais tem como consequência o estabelecimento de um único domínio temporal (ou, nas palavras de Guéron & Hoekstra 1987, de uma única cadeia-T), pelo que não podem ocorrer modificadores adverbiais com valores temporais em conflito.

É de salientar que esta hipótese, cuja ideia central é a de que as categorias funcionais do domínio oracional seleccionado pelos verbos de Reestruturação são defectivas, nos permite concluir que, nas construções em que tais verbos ocorrem, se definem dois domínios temáticos, já que existem dois verbos com propriedades temáticas independentes, mas um único domínio funcional activo, no qual também verificam traços elementos do domínio funcional inerte.

A ideia de que a formação do predicado complexo nestas construções se regista apenas em FL é também a que Baker (1988) defende para dar conta das construções de Incorporação nas línguas românicas. Ao detectar contrastes significativos entre a formação de predicados verbais complexos em línguas como o Chichewa e nas línguas românicas, este autor considera que, enquanto nas primeiras, o predicado se forma em estrutura-S, resultando do processo de Incorporação, nas segundas o predicado forma-se apenas em FL, sendo o resultado do processo de Reanálise. A grande diferença é, de acordo com o autor referido, que a Reanálise é Incorporação em FL, pelo que os dois elementos verbais se mantêm morfologicamente independentes, ao contrário do que acontece nos casos de verdadeira Incorporação.

## 5. Conclusões

Em síntese: as construções de Reestruturação do PE constituem um forte argumento empírico em favor da ideia de que a oposição entre traços fracos e traços fortes não é suficiente. Com efeito, os dados apresentados permitem-me dizer que, para além de uma oposição baseada na força dos traços, é ainda necessário considerar uma oposição entre traços activos e traços inertes. Assim, em construções em que não se verifica Reestruturação, o domínio oracional infinitivo é completo, no sentido em que é constituído por categorias funcionais activas, enquanto nas construções em que há Reestruturação, esse domínio é defectivo, no sentido em que nele ocorrem categorias funcionais (com traços) inertes.

BIBLIOGRAFIA

- BAKER, M. - 1988 "*Incorporation*", Chicago, The UCP.
- BURZIO, L. - 1986 "*Italian Syntax*", Dordrecht, Kluwer Academic Pub.
- CHOMSKY, N. - 1989 "Some Notes on Economy of Derivation and Representation". In FREIDIN, R. (org.) - 1991 "*Principles and Parameters in Comparative Grammar*", MIT Press: Cambridge, Mass.
- CHOMSKY, N. - 1992 "*A Minimalist Program for Linguistic Theory*", MIT Occasional Papers in Linguistics (Publicado em HALE, K. & S. J. KEYSER (orgs.) (1993). "*The View from Building 20*", MIT Press: Cambridge, Mass.)
- CHOMSKY, N. - 1995a "Bare Phrase Structure", In WEBELHUTH, G. (org.) (1995). "*Government and Binding Theory and the Minimalist Program*", Blackwell: Oxford, Cambridge
- CHOMSKY, N. - 1995b "Categories and Transformations". In CHOMSKY, N. (1995c).
- CHOMSKY, N. - 1995c "*The Minimalist Program*", MIT Press: Cambridge, Mass.
- CORVER, N. & D. DELFITTO - 1993 "Feature Asymmetry and the Nature of Pronoun Movement". Ms.
- DUARTE, I. & G. MATOS - 1996 "Romance Clitics and the Minimalist Program". Ms.
- GUÉRON, J. & T. HOEKSTRA - 1987 "T-Chains and the Constituent Structure of Auxiliaries". In CARDINALETTI, A., G. CINQUE & G. GIUSTI (orgs.). "*Constituent Structure*". Foris: Dordrecht
- KAYNE, R. - 1994 "*The Antisymmetry of Syntax*". The MIT Press: Cambridge, Mass.
- POLLOCK, J.-Y. - 1989 "Verb Movement, UG and the Structure of IP". *LI*, 20-3
- RIGAU, G. - 1996 "Existential Sentences and Related Constructions in Catalan". Ms.
- RIZZI, L. - 1982 "*Issues in Italian Syntax*", Foris, Dordrecht
- URIAGEREKA, J. - 1995 "Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance". *LI*, 26-1